

# O TRABALHO NUMA PERSPECTIVA TEÓRICO-CRÍTICA: UM EXERCÍCIO CONCEITUAL

Fernando Guilherme Tenório \*1

## Introdução

**E**ste texto resulta de um esforço coletivo, desenvolvido por alunos do Curso de Mestrado em Administração Pública da EBAP/FGV, ao longo do segundo semestre de 1996, na disciplina "Paradigmas Sociais Críticos e Teorias Organizacionais". Os objetivos da disciplina, que orientaram a elaboração do texto, foram: (1) estudar as concepções teórico-críticas que analisam a relação trabalho-capital; (2) elaborar alternativas conceituais facilitadoras do envolvimento dos trabalhadores na gestão dos sistemas sociais organizados; (3) gerar um texto referenciador para projetos de pesquisa implementados no Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS/EBAP).

Em conformidade a esses objetivos, pretende-se aqui obedecer aos limites de uma reflexão teórica sobre as relações trabalho-capital. O pressuposto é de que a natureza dessas relações condiciona, em última análise, todos os debates travados a respeito da gestão participativa, além de demonstrar as limitações intrínsecas a capacidade de resposta das teorias organizacionais e das práticas delas derivadas às exigências de participação, autonomia e realização pessoal, daqueles que trabalham nos sistemas sociais organizados.

A reflexão será conduzida a partir da percepção de autores cujo foco de análise é a crescente submissão de todas as esferas da vida humana associada à lógica do mercado. Os autores buscam investigar a origem dessa hegemonia do mercado, bem como seus efeitos sobre a consciência dos

\*Professor da EBAP/FGV/RJ - Doutor - pela COPPE/UFRJ - coordenador do mestrado e doutorado em Administração Pública da EBAP/FGV/RJ

diversos sujeitos sociais, particularmente daqueles envolvidos na esfera da produção de bens e serviços. A crítica que fazem da modernidade incide sobre dois aspectos: as relações de dominação, que se ocultam sob o manto da livre troca de equivalentes no mercado e o processo de racionalização técnico-instrumental das atividades e relações humanas.

Recorrer a esses autores é iniciar uma caminhada no sentido de “compreender e transformar o mundo para finalizá-lo segundo as exigências e necessidades do sujeito” (VAZ, 1986: 126). Tal empreendimento só é possível recuperando-se a significação humana do trabalho “que atesta a transcendência do homem sobre a natureza e sua ordenação aos fins próprios da comunidade das pessoas” (VAZ, 1986: 131).

A linha de pensamento dos autores utilizados como referência possui, portanto, uma *afinidade eletiva* com o mundo da gestão, na medida em que este corresponde ao anseio de conformar a natureza ao atendimento das necessidades humanas, segundo os ditames da Razão. De acordo com essa ótica, através do trabalho manifesta-se a vontade do Homem de emancipar-se do jugo de quaisquer forças supra-humanas. Esforço que, envolvendo o homem todo, razão e sentimento, intelecto e esforço físico, pretende, em última análise, humanizar o Cosmos. O ocultamento do trabalho no âmbito da necessidade, subjugada por leis inexoráveis e passível pois, de experimento, análise e cálculo, escamoteou seu traço emancipador e autenticamente humano, afastando-o da plenitude da Razão.

O conceito de afinidade eletiva revela-se particularmente rico para a análise que se pretende fazer. O conceito origina-se com os estudiosos de Alquimia, os quais falam de uma afinidade ou força de atração existente entre elementos diferentes que, uma vez colocados em proximidade, fundem-se para constituir um novo elemento, com características próprias. A concepção alquímica foi retomada por Goethe (1991), em um dos seus romances, para expressar a união íntima entre dois seres que se buscam, criando uma unidade renovada e imprevisível. Weber utiliza o conceito para definir as relações entre formações sócio-culturais distintas, como por exemplo, a religião calvinista e o espírito do capitalismo.

Michael Löwy (1989: 13-18) estuda as relações entre o messianismo judaico e o pensamento anarquista de filósofos e escritores judeus da Europa Central, nos séculos XIX e XX, considerando-as como um tipo particular de afinidade eletiva. Retomando as concepções anteriores dos alqui-

mistas, de Goethe e de Weber, propõem que se entenda afinidade eletiva como relação dialética entre duas configurações sociais ou culturais, que por força de uma atração recíproca, podem chegar a fundir-se, fazendo surgir uma configuração radicalmente nova, diferente de cada uma daquelas configurações singulares que lhe deram origem. Löwy distingue vários níveis ou graus de afinidade eletiva: simples correspondência, a partir de uma analogia estática; correspondência dinâmica, conduzindo à interação, mas em que os elementos constitutivos permanecem separados; simbiose ou fusão parcial e a afinidade eletiva *strictu sensu*, na qual os elementos fundem-se para criar algo novo.

A afinidade eletiva proposta aqui entre teorias calcadas em um juízo existencial e valorativo sobre a condição humana e a gestão do trabalho nas organizações pode ser melhor compreendida quando se examinam, atentamente, os elementos constituintes da cultura ocidental. Nesta, percebe-se uma fusão entre duas visões de mundo originalmente antagônicas: a hebraico-cristã e a greco-romana. A primeira dessas visões é essencialmente utópica, assumindo a realização do homem com uma finalidade só atingível pela intervenção de forças supramundanas, que agem mediante a ruptura abrupta da história. Tal ruptura não ocorre à toa, por mero capricho, mas com a finalidade de restaurar uma ordem baseada em valores ético-religiosos outorgados ao homem e sem os quais ele não poderia concretizar sua plenitude humana. A outra fonte de nossa cultura, sua vertente greco-romana, legou-nos “um modo racional, novo e revolucionário de o homem se comportar em face das coisas e dos acontecimentos” (BORNHEIM, 1996: 55).

A fusão entre essas duas visões originou algo novo que é a cultura do Ocidente. A tensão dialética entre as duas vertentes radicalizou-se na modernidade que pretendeu desconstruir a unidade em favor de uma nostalgia anacrônica pela separação. Pretendeu-se, como se fosse possível após tantos séculos decorridos da síntese operada na Idade Média, privilegiar somente o aspecto racional e pragmático, enquanto se rejeitava o conteúdo ético-existencial, derivado da antropologia judaico-cristã e da releitura feita pelos escolásticos da filosofia grega. Obteve-se, como resultado, uma falsa dicotomia, ressuscitada artificialmente, e carregada de sombrias repercussões para os indivíduos e coletividades. Reconhecer que a cultura ocidental é decorrência de uma afinidade eletiva entre as duas visões de

mundo, significa admitir a inserção em uma cultura ímpar e plena de potencialidades emancipadoras; cultura na qual, em verdade, estamos imersos desde há muitos séculos e de que não podemos nos libertar, senão ao custo de uma mutilação autodestrutiva.

O texto aqui apresentado pretende remeter à vertente rejeitada pela modernidade, pregando a afinidade eletiva entre ambas as concepções de mundo como algo essencial à superação do fosso que se abriu entre as teorias organizacionais, filhas e arautos da modernidade, e o mundo real, onde proliferam formas de associação humana que privilegiam a vivência ordenada segundo crenças, valores e comportamentos que prenunciam a superação da modernidade.

O processo gerador do texto foram pesquisas individuais realizadas pelos alunos, a partir das obras de autores considerados mais representativos de perspectivas críticas sobre a sociedade moderna, especialmente no que se refere às relações trabalho-capital. O resultado das pesquisas eram apresentados para discussão em sala de aula, a fim de que o grupo pudesse, gradualmente, adquirir uma visão de conjunto quanto as afinidades e divergências dos diferentes enfoques. Os autores pesquisados foram: Marx, Weber, Lukács, Gramsci, Marcuse, Fromm, Sartre, Habermas, Guerreiro Ramos, Buber, João Paulo II.

## **Crítica à modernidade: razão e trabalho alienados**

A modernidade pode ser entendida como a convergência de um duplo processo de separação: (i) os produtores diretos são separados de seus instrumentos de produção, convertendo-se em assalariados, a serviço de um processo produtivo dirigido pela parcela minoritária da sociedade que concentra a propriedade dos meios de produção; (ii) a ciência dissocia-se da Filosofia, convertendo-se, cada vez mais, em um saber operacional. Explicar essa convergência, assim como seus efeitos sobre os indivíduos e coletividades, tornou-se uma preocupação central para diversos autores. Dois deles, Karl Marx e Max Weber, lançaram bases teóricas e questionamentos que, ainda hoje, dividem opiniões e orientam linhas de pesquisa e formas de compreender e posicionar-se a respeito desses temas.

Karl Marx entendeu que a modernidade e sua dinâmica deveriam ser explicadas a partir da concentração da propriedade dos meios de produção e conseqüente divisão da sociedade entre os interesses antagônicos de proprietários e não-proprietários desses meios. Marx procurou demonstrar que as relações entre capital e trabalho são, de fato, baseadas na compulsão e exploração, ocultadas sob a aparência de livre contrato, valor natural e igualdade, em cujos termos se pretende estejam formuladas as leis de funcionamento da economia de mercado.

O desnudamento da exploração do capital sobre o trabalho torna-se possível, para Marx, a partir da investigação sobre a natureza do lucro, ou seja, da renda obtida pelos proprietários dos meios de produção. A Economia Política clássica tentara explicar o lucro a partir do custo real, da atividade produtiva do capitalista ou de propriedades inerentes ao capital. A explicação marxiana assinalava que a renda dos capitalistas origina-se na transformação do trabalho, enquanto atividade produtiva, em força de trabalho, isto é, dispêndio de esforço físico e intelectual permutado por um salário. O trabalho posto em ação pelos capitalistas permite obter um produto de maior valor do que o possuído pela força de trabalho enquanto mercadoria. Em outras palavras, o trabalho agrega valor ao produto, permitindo o aparecimento de uma diferença entre o valor do que é produzido e o custo de reposição da capacidade biológica do trabalhador para produzir. A diferença ou mais valor é apropriada pelos capitalistas, na qualidade de únicos proprietários dos meios de produção.

Segundo Marx, a mutação de trabalho em mercadoria só é possível graças às bases sociais da produção capitalista, nas quais os não-proprietários não têm outro meio de sobrevivência senão a venda da própria capacidade de trabalho, vendo-se obrigados a abrir mão de qualquer pretensão sobre o valor realmente produzido. O trabalhador é, portanto, alienado dos resultados de seu trabalho, os quais passam a ser controlados por aqueles que compram a mercadoria força de trabalho. O capital (instrumentos de produção), embora crie riquezas, não cria valor. Este é o resultado de uma relação social entre os homens. A mais-valia explicada como decorrência de leis naturais do mercado deriva de um fetichismo das mercadorias, ou seja, da atribuição de uma autonomia e vida própria as coisas criadas pelo trabalho, as quais passam a controlar a vida de seus criadores. Desse modo:

“para os produtores, as relações que ligam os trabalhos dos demais surgem não como relações sociais diretas entre pessoas que trabalham, mas como o que realmente são, isto é, como relações semelhantes a coisas entre pessoas e como relações sociais entre coisas. (...) Para os produtores, sua própria ação social toma a forma de ação de coisas, que governam os produtores em lugar de serem por ela governadas” (MARX, in BOTTOMORE, 1993:314).

O fim desse estado de alienação do trabalho e a restauração deste como fator de humanização dependeria, segundo Marx, de uma mudança nas relações sociais, via socialização da propriedade dos meios de produção. Somente quando o trabalhador se tornasse efetivamente senhor do valor por ele produzido, deixaria de ser simples marionete da Fortuna (mercado), para tornar-se Sujeito da história. Realizaria, assim, os fins da Razão:

“esse trabalho gigantesco (...) em que se chega, por um lado, a uma elaboração da idéia da natureza como campo da necessidade ordenada dos fenômenos, isto é, a idéia de leis naturais e, por outro lado, a uma elaboração da idéia do tempo e da ação humana que permitia aos homens determinar um campo de deliberação e decisão, no interior do qual se definiam a liberdade e a virtude, a ética e a política como aquilo que está em nosso poder” (CHAUÍ, 1996:20).

Se Marx acreditava no fim da alienação do trabalho por efeito da ação dos trabalhadores, em consonância com as tendências evolutivas do sistema capitalista, Max Weber (1944) mostrar-se-ia bem menos otimista quanto aos resultados da modernidade. Weber a viu como uma crescente racionalização de todas as esferas da vida humana (cognitiva, ética e estética).

A racionalização, envolvendo o predomínio da calculabilidade, manifestada na busca de adequação dos meios aos fins desejados, é um processo carregado de ambigüidade, pois embora signifique a emancipação de um ordenamento exclusivamente religioso, produz, em contrapartida, uma crescente fragmentação da vida social e o fortalecimento de uma economia e de um governo controlados por burocracias. Nestas, o trabalho técnico especializado e escalonado hierarquicamente é regido por normas e procedimentos derivadas de um *ethos* racional-instrumental, que acaba por restringir a autonomia e a criatividade humanas.

Weber entende que o processo de racionalização burocrática das atividades acaba por reduzir os indivíduos ao papel de engrenagens de uma máquina bem lubrificada, na qual “os valores mais sublimes acabam banidos para o reino transcendental da vida mística ou das relações humanas diretas e pessoais” (WEBER, 1982: 182). Nas fábricas, organizadas em bases racionais, impõe-se uma disciplina orgânica, em que a busca de produtividade determina rigorosa mensuração e normatização de cada ato dos trabalhadores. Estes são “ajustados completamente às exigências do mundo exterior, das ferramentas, das máquinas, em suma, a uma função individual” (Ibidem: 302).

Em contraposição a Marx, que acreditava na possibilidade de superar a alienação do trabalho mediante uma transformação radical da ordem social, Weber visualiza tal alienação como inexorável e qualquer tentativa de mudança como condenada a causar maiores malefícios, face a total dependência da sociedade moderna em relação às grandes organizações burocráticas.

A partir das percepções de Marx e de Weber serão construídas as bases do pensamento crítico sobre a modernidade no século XX. A principal vertente crítica liga-se àqueles que se convencionou rotular de marxistas ocidentais.

Georg Lukács (1974) preocupou-se em examinar os efeitos, na consciência humana e nas relações entre os homens, do animismo inerente à produção capitalista de mercadorias, bem como do avanço da racionalidade instrumental. De acordo com ele, os homens tornam-se coisas e as relações intersubjetivas transformam-se em relações entre coisas, na medida em que a lógica do mercado autonomiza-se. As pessoas são despidas de sua humanidade passando a comportar-se como marionetes, presas aos fios de um determinismo implacável. O mercado e suas leis objetivas, fixadas pela economia burguesa, passam a personificar uma força divina, absolutamente transcendente aos agentes sociais e que deve ser obedecida cegamente. A criatura (mercado) assume o lugar do criador, o qual se vê reduzido à escravidão. O estranhamento dos homens em relação a seu trabalho (alienação) submete-o a força incontrolável das leis econômicas, as quais operam por si mesmas, sem interveniência humana:

“Objetivamente nasce todo um mundo de objetos e relações entre coisas (o mundo das mercadorias e seus movimentos no mercado) (...) Subjetivamente - onde a economia de mercado desenvolveu-se plenamente - a atividade do ho-

mem torna-se estranha a ele próprio, transforma-se numa mercadoria que, sujeita à objetividade não humana das leis naturais da sociedade, deve trilhar seu caminho próprio, independentemente do homem, como qualquer outro artigo de consumo” (LUKÁCS, in BOTTMORE, 1993: 315).

Para Lukács a produção capitalista de mercadorias obedece a um “princípio de racionalização baseado no que é e pode ser calculado” (Ibidem: 315), estendendo tal princípio a todos os campos, inclusive à consciência humana: “a proporção que o sistema capitalista constantemente produz e se reproduz economicamente nos níveis mais altos, a estrutura de reificação mergulha cada vez mais profundamente e mais definitivamente na consciência do homem” (Ibidem: 315).

Em Antonio Gramsci (1978) a preocupação residia em explicar a aceitação da racionalidade da produção capitalista de mercadorias pelos trabalhadores e na busca de formas de luta que permitissem superar essa dominação. Tratava-se, em suma, de compreender como a visão da realidade social dos controladores dos meios de produção é construída e transmitida aos demais grupos sociais e indivíduos. Nesta visão há lugar para apenas um discurso competente na esfera da organização e gestão das organizações produtivas, o qual é produzido por intelectuais a serviço da manutenção e reprodução do sistema e disseminado, por todo o tecido social, através de instituições como a escola, a fábrica, as igrejas, a mídia.

A disciplina do trabalho nas fábricas e o lugar do trabalhador como auxiliar dos dirigentes capitalistas deve ser aceito pelos trabalhadores, segundo Gramsci, de forma consensual. Eles precisam aceitar a legitimidade da dominação. Para que isso ocorra a filosofia dos dominadores deve, através de uma série de mediações, tornar-se parte do senso comum. O indivíduo despersonaliza-se, passando a fazer parte de uma massa disciplinada, que obedece mecanicamente, em todos os atos da vida, aos ditames do processo de produção. Gramsci acreditava que para superar esse estado de coisas, há necessidade de produzir-se uma filosofia da classe trabalhadora, contraposta a da classe dominante, bem como estimular a prática de gestão direta dos meios de produção pelos próprios trabalhadores, através de suas organizações.

A crítica de Herbert Marcuse (1969) foi de que a racionalidade do capital aliena toda a sociedade e não só os trabalhadores. Todos são aliena-

dos na medida em que vivem uma vida organizada segundo as necessidades de valorização do capital. Para Marcuse a libertação será possível apenas com a rejeição das necessidades impostas pelo capital e a busca da satisfação de necessidades fundamentais. A atual civilização transforma o mundo objetivo numa extensão da mente e do corpo humanos; as pessoas se reconhecem apenas nas mercadorias que consomem. Os interesses de classes diferentes se igualam e são os mesmos do sistema. Com isso, perde-se de vista a real satisfação das necessidades e o real exercício das liberdades.

Tudo o que se deseja é alcançável, mas o que se deseja não corresponde a necessidades reais. Isto produz uma nova alienação, pois os indivíduos se identificam com esta submissão: encontrando a si mesmos apenas nas coisas que moldam suas vidas. Trata-se de uma alienação objetiva, na qual o indivíduo alienado é engolfado pela existência alienada. A identificação se faz ao nível da ideologia do processo de produção (a ciência e a tecnologia dinamizadoras do capital). Os produtos fornecidos por esse processo produtivo, potencializado pela ciência, prendem os indivíduos nas malhas do sistema, criando um estilo de vida que impede a transformação qualitativa. Surge um padrão de pensamento e de comportamento unidimensional: tudo passa a ser empírico e adotar um ponto de vista operacional. Pensar deve ser justificado em operações, assim como o comportamento deve ser conforme ao socialmente exigido.

Marcuse rejeitou a possibilidade de que a mudança dessa racionalidade pudesse ser operada a partir da classe trabalhadora. Esta, mergulhada na unidimensionalidade, perdeu a capacidade de produzir um pensamento alternativo. Caberá aos grupos excluídos do sistema a tarefa de provocar a mudança social.

Erich Fromm (1969) observava o homem produzindo apenas para o mercado, sem exercer sua liberdade através do conhecimento. Indicou a necessidade de revitalizar o processo democrático, a instância política da vida, recuperando de Marx o conceito de libertação das necessidades econômicas como pré-condição para que os indivíduos possam atingir sua plenitude como seres humanos. Colocou no centro do debate o trabalho como expressão da vida e meio de transformar o homem. Quando o homem é alienado, torna-se incapaz de ter controle e consciência de suas ações. Há então que organizar a sociedade de tal forma que a alienação seja superada. A socialização dos meios de produção seria a condição para a liberdade e

criatividade humanas e não um fim em si mesma. Propôs que os homens se deixem conduzir por uma esperança ativa, a fim de produzir mudanças.

Jean-Paul Sartre (1979) concentrou-se no problema de como conciliar uma absoluta liberdade individual com a responsabilidade pelos outros. O homem existente, de acordo com Sartre, constrói sua essência na forma de um projeto, orientado por escolhas pessoais. Essas escolhas, no entanto, não podem significar a rejeição dos outros indivíduos, devendo ser assumidas com um sentido de responsabilidade coletiva. A construção do indivíduo, enquanto homem, só será possível mediante a solidariedade ativa com os demais. Este engajamento propicia a formação do espaço de liberdade e decisão indispensáveis ao homem como sujeito. Assim, os grilhões que amarram a existência a observância de leis, independentes de qualquer escolha pessoal, devem ser rompidos. O individualismo burguês e a idolatria do mercado cerceiam a realização pessoal e coletiva, ambas inextricavelmente ligadas. Omitir-se de escolher e de aceitar o engajamento na luta pela ampliação do espaço de liberdade de cada indivíduo é furtar-se à responsabilidade comum, favorecendo o surgimento ou consolidação de uma práxis anti-humana, nos sistemas sociais organizados.

Jürgen Habermas (1987) reconhece, como Marcuse, a transformação da ciência e da tecnologia, na sociedade moderna, em ideologia a serviço da dinamização e reprodução do capital. Partindo de uma distinção entre sistema ou mundo das organizações burocráticas, campo de domínio da racionalidade técnico-instrumental, e mundo vivido, campo de domínio da razão comunicativa ou dialógica, vê a modernidade como criadora de um antagonismo entre ambos. O antagonismo traduz-se em luta, na qual o sistema busca colonizar o mundo vivido (arte, ciência, direito, moral, convivência social), impondo-lhe a lógica instrumental. Na medida em que essa hegemonia se faz presente, através da burocratização e da monetarização, bem como da conversão da ciência em ideologia, diminui o espaço da liberdade humana e o sentido da vida. Para Habermas, a saída é a utilização da razão comunicativa, ainda preservada em certos "nichos" sociais e culturais, como instrumento de luta, forçando o recuo da razão instrumental para esferas de ação bem delimitadas, nas quais se mostre imprescindível e, ainda assim, sob controle do mundo da vida.

Fora do campo do marxismo ocidental, surgem outras expressões de pensamento crítico que não podem ser omitidas. Desde Guerreiro Ramos

cujas posições sobre a teorias organizacionais denunciam a fragilidade das mesmas para responder aos anseios contemporâneos por criatividade, liberdade e participação; ou Martin Buber, que expressa o ponto de vista anárquico-libertário de uma vertente do pensamento judaico; até o posicionamento da Igreja Católica Romana, emitido na encíclica *Laborem Exercens*, do Papa João Paulo II.

Alberto Guerreiro Ramos (1981) criticou a submissão das ciências sociais, em particular das teoria organizacionais, a um paradigma calcado na racionalidade instrumental e nos valores do mercado. Considerou que isso determina a dificuldade de tais teorias em responder adequadamente às necessidades contemporâneas da vida associada, as quais sinalizam na direção de uma retomada dos valores ético-existenciais, tais como liberdade, autonomia, criatividade, participação, responsabilidade social, proteção às minorias e preservação do meio-ambiente. Defendeu a substituição desse paradigma por um outro, baseado na racionalidade substantiva e na diversidade de espaços organizacionais, de modo a contemplar a manifestação de formas de convivência calcadas na liberdade individual, criatividade, participação e responsabilidade social.

Martin Buber (1987), inspirado na utopia messiânica, pregou uma radical transformação da vida social, a fim de que as relações Eu-Tu, isto é, de natureza intersubjetiva, predominem sobre as relações comandadas pela lógica do Eu-Isso, ou seja, homem- mundo das coisas. A tecnoburocracia cederia lugar a relações comunitárias, nas quais o indivíduo realizaria a si mesmo através de uma ligação orgânica com as obras de sua criação e da aceitação de uma interdependência ativa com os demais membros da comunidade, na consecução do bem comum. Doação, criatividade e convivência alicerçada em valores éticos substituiriam a submissão passiva, o interesse egoísta e a adequação entre meios e fins, nas relações entre os homens. A produção seria orientada de acordo com as necessidades reais de sobrevivência coletiva e satisfação individual limitada pelo bem comum, ao invés de obedecer aos ditames da satisfação hedonista, promovidas pela valorização do capital.

A reflexão do Papa João Paulo II, na encíclica *Laborem Exercens* (1991) centra-se no reconhecimento de duas dimensões do trabalho: uma objetiva, ligada ao uso da técnica, e outra, de natureza subjetiva, em que o trabalhador, enquanto pessoa humana, deve ser reconhecido como verdadeiro

sujeito do processo produtivo. O primado absoluto do homem sobre todas as coisas criadas impõe uma hierarquia, na qual a dimensão objetiva do trabalho há de subordinar-se à dimensão subjetiva. O homem é o sujeito do trabalho e este só cumpre sua finalidade enquanto ordenado para a realização do trabalhador como pessoa humana. Privilegiar a tecnologia ou os meios de produção significa vilipendiar o homem. Este é o senhor do trabalho e não o servo dos meios de produção, da tecnologia ou dos bens produzidos. Urge, de acordo com João Paulo II, reconhecer esse primado do homem que trabalha, concedendo-lhe participação ativa na decisões referentes ao próprio trabalho, seja no tocante aos meios de implementação, seja no que diz respeito a natureza e destinação dos bens criados.

## Conclusão

O saber técnico, de instrumento para obter a liberdade humana, converteu-se em componente-chave de uma ideologia que faz do homem um instrumento, destinado a executar atividades regidas por leis naturais coercitivas. Torna-se, em última análise, um processo de objetificação das relações homem/natureza e dos homens entre si, segundo postulados de previsibilidade e cálculo.

Os teóricos e praticantes da administração fazem parte dos grupos intelectuais que se dedicam a elaborar e disseminar, por todo o tecido social, este evangelho do saber técnico. Sua função primordial é submeter o trabalho a leis científicas e o trabalhador aos ajustamentos indispensáveis ao cumprimento de seu papel subordinado no processo produtivo.

Compete aos administradores, portanto, a missão de desumanizar o trabalho, privando-o de seu caráter de ação subordinada a valores éticos, para transformá-lo em simples objeto do reino das medições, controle e manipulação. O significado humano do trabalho, que “o mergulha nas fontes mesmas da alegria criadora” desaparece. O trabalho agora é “gesto mecânico e sem ressonância humana, o objeto domina sobre o ato de tal sorte que o próprio ato vem a tornar-se objeto, a coisificar-se e como tal é tratado” (VAZ, 1986: 131-32).

O processo de objetificação do trabalho implica não só em obliterar o homem que trabalha, mas em optar pelos “progressos na dominação da

natureza, sem relacioná-los aos retrocessos na organização da sociedade” (BENJAMIN, 1987: 228). O trabalhador desaparece na ação que executa, a qual, por sua vez, imerge no mundo das necessidades do mercado. Criatividade e liberdade são abolidas ou submetidas ao crivo da funcionalidade, dentro de um sistema ordenado conforme os ditames da valorização do capital, verdadeiro objetivo das aclamadas leis de mercado.

○ pensamento administrativo esmera-se no refinamento dos meios que permitem converter os trabalhadores em instrumentos dóceis de uma produção que não lhes pertence e sobre a qual não lhes compete indagar quanto aos fins ou formas de realização. Tratado como recurso, o trabalhador fica tentado a rebelar-se, pois pensa e tem a pretensão de afirmar-se como pessoa. Isso obriga os profissionais da Administração a buscarem, constantemente, reforçar o seu consentimento a própria submissão, mediante a alternância de disciplina e motivação.

○ saber técnico da Administração revela assim sua verdadeira face: atender às necessidades de um modo de produzir que substitui as relações entre homens concretos por relações entre mercadorias. Todos os envolvidos no processo de trabalho, identificado com o processo de produção de mercadorias, sofrem uma despersonalização crescente. Abstráida sua condição de homens de carne e osso, resta-lhes apenas a fruição de um hedonismo narcotizante, sob a forma de aquisição compulsiva de bens.

Qual a possibilidade de alterar esse quadro de desumanização ou, dito de outra forma, de possibilitar que os trabalhadores rompam as cadeias de alienação e possam afirmar-se como seres livres e responsáveis? Os autores estudados apontam alguns caminhos: a formação de uma consciência crítica sobre a realidade sócio-econômica; o engajamento em formas associativas de luta, nas quais se procure vivenciar um conjunto de valores alternativos à lógica da economia de mercado; a desmistificação do saber relacionado à gestão, através da crítica de seus pressupostos e do esforço para adotar uma prática de gestão direta.

Os questionamentos e propostas dos autores ligados a pontos de vista teórico-críticos põem a descoberto as carências da reflexão administrativa. Estas impedem que os administradores possam tornar-se conscientes dos malefícios que acarretam quando, em nome da racionalidade e do progresso, advogam a adoção de práticas incompatíveis com a dignidade humana. Práticas que, privilegiando os fatores de produção e as taxas de retorno

sobre o capital, negligenciam ou tentam manipular as necessidades afetivas e intelectuais dos homens que trabalham.

Surgida como corolário das ilusões a respeito do progresso contínuo e da incontestável superioridade do razão instrumental, a Administração, hoje, como área de conhecimento, debate-se entre manter a fidelidade a essas crenças ou voltar-se na direção do mundo vivido. Mundo que procura restaurar o primado do humano e da razão substantiva, mundo que anseia por relacionamentos baseados no diálogo entre iguais, na repartição mais justa das riquezas, no respeito a autonomia e criatividade individuais, na tomada de decisões coletivas sobre o que produzir, como produzir e para quem. Mundo de homens e mulheres que desejam ter ocupações produtivas, que beneficiem ao todo social, e nas quais sejam reconhecidos como sujeitos do próprio trabalho.

Caminhar em direção ao mundo vivido significa, para a Administração, admitir uma afinidade eletiva com as percepções teórico-críticas, acolhendo conceitos e princípios por elas oferecidos sobre o homem que trabalha e procurando, de forma ativa, construir um novo paradigma, capaz de realizar a fusão entre o saber técnico e os valores ético-existenciais. Paradigma no qual o homem reificado e fragmentado (homem econômico, social, organizacional, funcional) ceda lugar, finalmente, ao *homo humanus*.

## Notas

<sup>1</sup> Sob a coordenação do Professor Fernando Guilherme Tenório, foram co-autores deste texto: Águida Wichrowski Kopf; Augusto Paulo Guimarães Cunha; Hasenclever da Silva Martinelli; José Antônio Barros Alves; Liliane Gnocchi da Costa Reis; Luciano Oliveira Carino; Marcus Vinícius Soares Siqueira; Martha Maria Freitas da Costa; Renata Arruda de Bloch e Tânia Maria de Souza.

## Referências Bibliográficas

ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. *Dialética da ilustração*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.

- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo, Brasiliense, 1987, Obras escolhidas, Vol. I, pp. 222-232.
- BERTELLI, Antônio Roberto et. all. **Estrutura de classe e estratificação social.** Rio de Janeiro, Zahar, 1966.
- BORNHEIM, Gerd. **Crise da idéia de crise.** In: Adauto Novaes ( org.). *A crise da razão.* São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp.47-66.
- BUBER, Martin. **Sobre comunidade.** São Paulo, Perspectiva, 1987.
- CAMPOS, Edmundo (org.). **Sociologia da burocracia.** Rio de Janeiro, Zahar, 1966.
- CHAUÍ, Marilena. **Contingência e necessidade.** In: Adauto Novaes ( org.). *A crise da razão.* São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 19- 26.
- DOBB, Maurice. **Economia Política e capitalismo: ensaios sobre a tradição econômica.** Rio de Janeiro, Gaal, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Capitalismo ontem e hoje.** Lisboa, Editorial Estampa, 1977.
- FREITAG, Barbara. **A teoria crítica ontem e hoje.** São Paulo, Brasiliense, 1994.
- FROMM, Erich. **A revolução da esperança.** Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- \_\_\_\_\_. **Conceito marxista do homem.** Rio de Janeiro, Zahar, 1962.
- GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas.** São Paulo, Martins Fontes, 1978.
- GOETHE, W. **Afinidades eletivas .** Rio de Janeiro, Ediouro, 1991.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações.** Rio de Janeiro, FGV, 1981.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa.** Madrid, Taurus, 1987, Vol. I e II.
- LABOREM EXERCENS. **Carta encíclica do Papa João Paulo II sobre o trabalho humano.** São Paulo, Paulinas, 1991.
- LÖWY, Michael. **Redenção e utopia.** São Paulo, Companhia das Letras, 1989, pp. 13-18.
- LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe.** Porto, Publicações Escorpião, 1974.
- MARCUSE, Herbert. **Ideologia da sociedade industrial.** Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- NOGARE, Pedro Dalle. **Humanismos e anti-humanismos.** Petrópolis, Vozes, 1990.
- SARTRE, Jean-Paul. **Crítica de la razón dialéctica.** Buenos Aires, Editorial Losada, 1979.

- VAZ, Henrique de Lima. **Escritos de filosofia: problemas de fronteira.**  
São Paulo, Loyola, 1986, pp. 89-156.
- WEBER, Max. **Economia y sociedad: esbozo de sociologia comprensiva.**  
Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1944, Vol. I e II.
- \_\_\_\_\_. **Ensaio de Sociologia.** GERTH, H. H. & MILLS, C. Wright  
(orgs). Rio de Janeiro, Guanabara-Koogan, 1982.